



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**REQUERIMENTO N.º      , DE 2015**  
**(Do Sr. FÁBIO RAMALHO)**

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater uma possível regulamentação do aplicativo Uber no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, a realização de reunião de Audiência Pública desta Comissão de Legislação Participativa para debater a oportunidade e a conveniência para a população brasileira da regulamentação do aplicativo Uber no Brasil.

Para compor a Mesa de Exposições, solicito que sejam convidados estudiosos do tema, representantes das organizações envolvidas e agentes públicos, entre outros que se apresentarem oportunos.

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente requerimento tem por objetivo promover um amplo debate a respeito da necessidade de regulamentação dos serviços oferecidos por aplicativos, que, muitas vezes, entram em conflito com as normas trabalhistas vigentes.

O aplicativo Uber é utilizado em mais de 50 países, como uma forma de conectar passageiros e motoristas pré-cadastrados e é conhecido como “carona remunerada”.

Por oferecer um serviço análogo aos táxis, mas operar a uma fração do custo de uma empresa com frota de táxi tradicional, o Uber despertou preocupação e críticas da indústria de táxis ao redor do mundo, que argumenta que a empresa

estaria agindo de maneira ilegal ao cobrar por corridas sem ter a licença apropriada para tal.

A legislação nacional proíbe o chamado “transporte pirata”, que consiste na cobrança pelo transporte de passageiros por motoristas particulares. Por outro lado, os serviços oferecidos por dispositivos móveis via Internet ainda necessitam de regulamentação, e atendem aos anseios de uma parcela cada vez mais abrangente da população brasileira.

Diante dos desafios que a modernidade nos apresenta, o diálogo é o caminho a se trilhar rumo ao entendimento, ao progresso, e a uma sociedade cada vez mais justa e igualitária.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em                      de outubro de 2015.

**Deputado FÁBIO RAMALHO**